

Infectados entre nós

Samuel Pulido

Formado em direito, com pós-graduação em política europeia e relações internacionais pelo College of Europe, em Bruxelas (Bélgica).

Tradução de Carolina Salomão

*"Global controls will have to be imposed
and a world governing body, will be created to enforce them.
Crises, precipitate change..."*

*I wanna devise a virus
to bring dire straits to your environment
crush your corporations with a mild touch [...]*

The last punks walk around like masked monks"
Virus (2000) — Deltron 3030

Na segunda semana de março de 2020, mapas digitais exibindo o número acumulado de casos confirmados de pessoas afetadas pela infecção respiratória aguda covid-19 ainda mostravam três grandes círculos, que se destacavam acima de todos os outros: China, Irã e Itália. De alguma forma, o coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), o vírus que causa o covid-19, estava traçando uma trilha irregular ao longo da antiga Rota da Seda, pela qual viajavam há séculos caravanas comerciais em uma globalização inicial. Os italianos importaram seda da Pérsia e da China até meados do século 14, quando o último ilcanato da Mongólia se desintegrou, devido a conflitos internos e como consequência de outro microrganismo letal (*Yersinia pestis*) que mais tarde devastaria a Europa, onde ficou conhecida como a Peste Negra. Segundo uma teoria amplamente difundida até os últimos tempos, sua origem também estaria localizada na China. Hubei, epicentro do covid-19 em 2020, já foi devastado em 1331 por uma epidemia que alguns autores identificaram com a mesma Praga que chegou à Itália em 1348. No entanto, pesquisas recentes descartaram essa conexão e sugerem que o foco da Peste Negra situa-se de modo mais exato entre a Ásia Central, o Cáucaso e a Crimeia, sitiada pela Horda de Ouro da Mongólia.

Seja como for, a verdade é que os impérios da Mongólia unificaram temporariamente uma porção significativa da Eurásia e que, a partir daí, cidades-estado italianas como Gênova e Veneza, que mantinham estreitas relações comerciais com eles, agiam como fontes de transmissão do vírus na Europa ocidental. Assim, estima-se que entre 30 e 50% da população europeia tenha morrido na Europa devido à doença (até dois

terços em algumas cidades), deslocando as relações de classe e acelerando o fim do feudalismo. Em seu declínio, o colapso demográfico causou escassez de mão-de-obra em muitas áreas, aumentos salariais (onde se trabalhava com diárias) e estratégias institucionais para controlar a mobilidade rural-urbana. As cidades-estados do norte e centro da Itália (Veneza, Florença, Gênova e Milão) formaram o primeiro subsistema regional capitalista, não sem conflitos que não podem ser entendidos sem os estragos causados pela Peste Negra. Em 1355, uma revolta anti-oligárquica derrubou o Regime dos Nove em Siena e em Florença, também afetada pelo colapso financeiro de 1340, a primeira rebelião de operários na história ocorreu, a revolta dos *ciompi* (1378), de curta duração.

A Peste Negra, juntamente com suas reproduções cíclicas em pragas sucessivas durante os séculos seguintes, marcou uma verdadeira ruptura histórica na Europa entre a Idade Média e o Renascimento. Obviamente, não foi a causa da transição, mas foi um fator-chave. Desde então, nenhuma outra praga teve um impacto sistêmico comparável. Também podemos mencionar a "Grande Mortalidade" nas Ilhas Canárias, no Caribe e na América, após a conquista pelos colonizadores europeus, que entre outras coisas trouxeram consigo doenças e pragas, como a própria peste bubônica, desconhecida pelas populações indígenas. No entanto, no caso da expansão ibérica no Atlântico, o declínio demográfico deriva de um conjunto de fatores, incluindo guerra e servidão. Por si só, a Peste Negra afetou profundamente a economia, a sociedade e a cultura europeia, em suma, a própria psique dos europeus da época, como se reflete na arte. A Praga também coincidiu com o início de um período de temperaturas relativamente frias no hemisfério norte entre os séculos XV e XIX (a "pequena era glacial"), para a qual, segundo um estudo recente (2019), teria contribuído para o citado desaparecimento de grande parte da população indígena americana durante o século XV.

A doença

Com o passar dos dias, se enraíza o sentimento, reforçado pelas medidas extraordinárias adotadas por praticamente todos os governos do mundo, de que com o covid-19 estamos diante de um evento com implicações sistêmicas comparáveis às da antiga Praga, em um contexto de mudança climática diferente, que está levando ao aquecimento global do planeta. As alusões à Segunda Guerra Mundial ou a Chernobyl (da China, do neoliberalismo) remetem-nos a comoções conhecidas que, no entanto, parecem não ajudar muito a apreender o que estamos experimentando. O secretário-geral da ONU, António Guterres, falou de uma crise humana sem precedentes, para explicar a escala de seu impacto. Mas até que ponto é isso? E, acima de tudo, como as respostas que estamos dando agora determinam o futuro?

Em princípio, supõe-se que o coronavírus SARS-CoV-2 tenha menor capacidade de disseminação do que outros vírus, como o sarampo. Apesar disso, o SARS-CoV-2 se espalhou rapidamente por todo o mundo, devido à intensa mobilidade humana facilitada pelas modernas redes de transporte e comunicação. Se a Peste Negra levou cerca de sete anos para se espalhar por toda a Europa, e a gripe espanhola levou cerca de dois anos para se espalhar por grande parte do mundo, em apenas três meses, o covid-19 fez sua aparição oficial em praticamente todas as jurisdições que formam parte das Nações Unidas. Pelo que estamos aprendendo, esse coronavírus pode durar até 72 horas em certas superfícies e seus sintomas não aparecem imediatamente, para que uma pessoa possa transmiti-lo inadvertidamente antes de sentir esses sintomas e até mesmo dias após o desaparecimento. Pessoas que não apresentam sintomas também podem transmiti-lo. Da mesma forma, um estudo recente mostra que, diferentemente do SARS-CoV (2003), altas concentrações do vírus podem ser alcançadas na garganta, não apenas nos pulmões, o que facilita sua transmissão pelo ar.

Da mesma forma, embora o SARS-CoV-2 seja menos letal do que as bactérias que causam a Peste, a síndrome respiratória aguda grave que causa nos pacientes pode ter sérias consequências em um grande número de idosos ou naqueles com condições anteriores e, portanto, requerem hospitalização. Também conhecemos casos de pessoas

mais jovens que, mesmo sem condições prévias conhecidas, desenvolveram pneumonia. Ou seja, podemos ter um número significativo de pacientes para causar o colapso dos sistemas de saúde que não possuem a organização e os recursos adequados e a correspondente negligência de outros problemas de saúde pública. Em sua aparição pública em 30 de janeiro, a quase uma eternidade, o Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou: " Nossa maior preocupação é que o vírus se espalhe em países com sistemas de saúde menos robustos e pouco preparados para enfrentar essa ameaça ". A transmissão por pessoas assintomáticas ainda era considerada rara e poucos na Europa ou nos Estados Unidos na época pensavam que seus próprios países estavam nessa lista potencial. Um dia após esse aparecimento, a Comissão Europeia perguntou aos 27 estados membros da União Europeia se eles precisavam de máscaras e outros equipamentos sanitários. Nenhum dos dois respondeu. Salvo notáveis exceções, o princípio da precaução deu lugar à arrogância neocolonial e, em outros, a posições de mercado eugênicas. À medida que aprendemos mais sobre o novo coronavírus, parecia cada vez mais claro que a combinação de sociedades com uma porcentagem significativa da população com mais de sessenta e cinco anos de idade - entre 18 e 22% na Europa - e de alguns sistemas Públicos de saúde baseados em uma importante rede de atenção básica e alta rotatividade hospitalar, mal preparados para epidemias dessa dimensão, principalmente se degradadas após anos de cortes, privatizações e precariedade, poderiam gerar uma combinação explosiva. Como tem sido em muitos casos.

Essa é uma grande novidade em relação às epidemias dos séculos anteriores: o que até agora os impedia de se reproduzir novamente, como no passado, está ameaçado, em um período em que o capitalismo depende, mais do que nunca, da produção e reprodução da vida social. Ou, dito de outra maneira, o que está em jogo é o que garante a vida produtiva daqueles que, com seu trabalho, cooperação e consumo, contribuem para a acumulação de capital, sob o comando das finanças. A robotização e a informatização não eliminaram essa realidade. Por mais que exclua, o capitalismo precisa primeiro incorporar

vidas em seu processo de produção. A outra grande inovação, ligada à anterior, foi a reação dos Estados.

O remédio

Em geral, os governos têm intervindo com relutância, enfrentando uma pandemia gradualmente, sem antecipar ou coordenar problemas de abastecimento de saúde, com um olho nos países concorrentes, resistindo a decisões que poderiam comprometer o crescimento do produto interno bruto, os lucros corporativos e, quando apropriado, o apoio eleitoral. A própria China inicialmente atrasou sua resposta, levando dois meses para fechar a metrópole de Wuhan desde que o novo vírus foi detectado, embora se deva acrescentar que seu funcionamento era inicialmente desconhecido e somente em meados de janeiro foi confirmada a transmissão de humano para humano. Em todo caso, a reação chinesa e de outros países asiáticos como a Coreia do Sul parece ter sido relativamente eficaz, pelo menos em comparação com o que aconteceu na Europa ou nos Estados Unidos. Políticos com uma agenda de soberania, como Donald Trump ou Boris Johnson, inicialmente se opuseram a uma intervenção ativa para deter a propagação do vírus. Entretanto, uma vez observado o aumento do número de pessoas afetadas e das hospitalizações, a saturação dos serviços de saúde, juntamente com a pressão social (e monetária, como ficou evidente no caso britânico), os governos, um após o outro, acabam decretando - e é isso que é novidade - medidas restritivas em grau, extensão e simultaneidade nunca antes vistas na história da humanidade.

O conjunto de medidas governamentais destinado a coibir a disseminação do SARS-CoV-2 inclui: garantir a distância física (incluindo o fechamento de escolas e outros serviços públicos); restrições de mobilidade humana (controles de fronteira e internos, suspensão de voos); quarentenas; confinamento e fechamento de setores econômicos inteiros. Embora a implementação efetiva tenha sido desigual, a verdade é que, no início de abril, mais da metade da população mundial vivia em países onde os governos haviam

promovido ou imposto diferentes medidas restritivas ou de confinamento. 166 Estados fecharam suas fronteiras (77 completamente e cerca de 89 parcialmente). A organização ACAPS estima que aproximadamente, na mesma época, cerca de 57 Estados decretaram estados de emergência, alarme ou similar, dos quais 22 na Europa. Segundo a UNESCO, o fechamento de escolas afeta 91% dos alunos do ensino fundamental e médio em todo o mundo, usando métodos de ensino virtuais sempre que possível.

A consequência imediata de tudo isso tem sido um duplo choque econômico de demanda e oferta que derrubou a atividade produtiva em todo o mundo, a partir de seus principais centros econômicos: China, Zona do Euro e Estados Unidos. Isso provocou níveis de desemprego e causou uma forte contração no crédito. Para mitigar as consequências econômicas da luta contra a pandemia, no final de março, mais de 65 países adotaram diferentes pacotes de medidas fiscais. Entre as ferramentas mais comuns estão esquemas de empréstimos comerciais e garantias públicas para aumentar a moratória de liquidez, hipotecas e impostos, benefícios temporários de desemprego (incluindo ERTes), transferências diretas de dinheiro para grupos vulneráveis, mudanças nas práticas e regulamentos trabalhistas (trabalho à distância), regularizações temporárias de populações migrantes irregulares (Portugal), restrições à exportação de material médico e bens essenciais, etc.

Tudo isso com a cobertura da compra massiva de títulos pelos bancos centrais, o que evitou o colapso financeiro no momento e, no que diz respeito à UE, com a flexibilidade do Pacto de Estabilidade e do regime de ajuda de Estado para permitir maiores gastos públicos e maior endividamento. O problema é que países como Itália, Espanha ou Grécia começam com altos níveis de dívida pública, como resultado de transferências intra-europeias dos pobres para os ricos através desse mecanismo de "tortura" social conhecido como "austeridade". De todos os governos da UE, é a Alemanha, o país central da zona do euro, que realizou a intervenção pública mais vigorosa, com um pacote que, entre gastos públicos imediatos, diferimento de impostos e contribuições, mais créditos, garantias e garantias, aumentará em 2020 para cerca de 750

bilhões de euros. Obviamente, a Alemanha, devido às assimetrias da zona do euro, continua cobrando pela emissão de dívida (seus títulos têm rendimento negativo). Por sua vez, os Estados Unidos aprovaram um pacote de ajuda de cerca de US \$ 2,2 bilhões, o maior de sua história, enquanto a Reserva Federal anunciou recentemente outros US \$ 2,3 bilhões em empréstimos a famílias e empresas. Dados vertiginosos que, no entanto, compreendem mais crédito do que gastos públicos efetivos e que não trouxeram estabilidade ou certeza.

Os governos que impuseram as pausas mais duras, como o italiano ou o espanhol, esperam que a quarentena seja passageiro, que o bloqueio econômico seja gradualmente aliviado e que finalmente haja uma recuperação “em forma de V da vitória” - ou seja, com crescimento imediato após a recessão. Alguns países europeus já estão suspendendo várias restrições antes do final de abril, que podem ser precipitadas sem uma imunização generalizada das respectivas populações. Este desejo de renascimento não parece levar muito em conta as rupturas nas cadeias de valor globais ou o fato de que o renascimento progressivo de um país não acompanhará a situação dos países que dele dependem em termos de comércio de bens e serviços. A Espanha, tão dependente do turismo e da construção, com um mercado de trabalho flexível e uma elevada taxa de mortalidade empresarial, sofrerá, de qualquer forma, um duro golpe. No caso da UE, o seu futuro imediato dependerá da preservação do mercado único, hoje quebrado com a reintrodução de restrições fronteiriças dentro do espaço Schengen, da cobertura que o Banco Central Europeu pode continuar a oferecer para impedir que o diferencial de rentabilidade dos prêmios de risco se amplie e das políticas fiscais finalmente adotadas pelos governos nacionais na ausência de uma poderosa intervenção comunitária, impossível com um orçamento que mal atinge 1% da Renda Nacional Bruta Européia. Também não está claro com que intensidade e quando a China, que durante o primeiro trimestre de 2020 sofreu sua primeira contração econômica desde o final da revolução cultural em 1976, recuperará o caminho do crescimento, levando em conta o declínio da demanda mundial.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) calcula que o comércio mundial pode cair até 32% em 2020.

A dupla crise econômica e de saúde também pode ter um forte impacto nos países chamados "emergentes" ou "em desenvolvimento" e nos países mais pobres, que hoje são mais dependentes da China do que há dez anos. Os primeiros sofreram uma fuga de capitais de mais de 90.000 milhões de dólares até agora este ano, superior à da crise financeira de 2008-2009, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional(FMI). Teremos que acompanhar o que acontece em quatro potências sub-regionais: Brasil, Turquia, Índia e África do Sul. Para enfrentar a pandemia e a depressão econômica, esses países terão que aumentar ainda mais seus déficits, níveis de dívida e aprovar estímulos monetários, o que complicará a defesa do valor de suas moedas locais, que vem caindo nas últimas semanas. Embora a pobreza em termos absolutos e relativos - incluindo extrema pobreza - aumente em todo o mundo, estima-se que as regiões mais afetadas por esses aumentos sejam a África (norte e sul do Saara), Oriente Médio e Sul da Ásia. Muitos desses países são exportadores de matérias-primas cujos preços - pelo menos em hidrocarbonetos e metais - já estão em queda, primeiro devido à guerra de preços do petróleo e agora devido à queda na demanda, que enfraquece suas moedas e torna sua dívida externa mais cara. Os países mais pobres carecem de espaço fiscal para executar suas próprias políticas de estímulo ou para permitir quarentenas prolongadas. Além disso, a interrupção das remessas, vital em muitos países, por milhões de trabalhadores migrantes. Por enquanto, embora a incidência estatística relativamente menor do covid-19 nesses países possa estar relacionada ao início tardio da doença e à ausência de diagnósticos em grande número, a tendência em abril é inequivocamente crescente. A UE, preocupada com a extensão da pandemia na periferia sul e sudeste, já propôs uma realocação orçamentária dos programas de ajuda existentes.

Apesar dos apelos à unidade nacional ou à humanidade, eles não escondem os preconceitos de classe, raça e gênero nos quais está estruturado o sistema no qual o SARS-CoV-2 nasceu. Nem as restrições, nem o acesso a serviços de saúde ou educacionais, nem

o auxílio financeiro se aplicam igualmente a todos. Embora as elites políticas e econômicas não tenham tido problemas para serem diagnosticadas ou priorizadas nos serviços de saúde, muitos trabalhadores tiveram que se contentar em recorrer a consultas por telefone, quando não foram forçados a retornar aos postos, sem proteção suficiente, poucos dias depois do desaparecimento dos sintomas. Em Nova York, a letalidade é incomparavelmente maior entre hispânicos e afro-americanos. O trabalho remoto pode ser utilizados por certos profissionais, mas não para os profissionais de saúde ou para muitos empregos dos quais dependem os setores populares, incluindo a população migrante. Nem todas as famílias têm os mesmos recursos digitais para educação a distância. O confinamento em casa também facilita a violência machista.

O bloqueio econômico está aumentando o número de famílias sem renda com emprego formal, muitas das quais serão excluídas das escassas transferências econômicas condicionais anunciadas. Os anúncios são uma coisa, o que é publicado no diário oficial é outra, e a implementação será outra bem diferente. Na Espanha, começamos a ver como o coronavírus se agrava em bairros mais pobres. Os migrantes e refugiados, que têm uma mobilidade ainda mais restrita e que não têm todos os direitos dos cidadãos "plenos", são especialmente vulneráveis. Sem mencionar o aumento potencial de contágio e mortalidade nos campos de refugiados, nas ilhas gregas ou no maior campo do mundo, aquele que abriga os Rohingya no Cox's Bazar, Bangladesh. Em resumo, muitas pessoas trabalham na chamada "economia informal" - em todo o mundo, de fato, são a maioria - e vivem diariamente em áreas urbanas densamente povoadas, sem proteção social e sem acesso a serviços de saúde adequados, especialmente em países mais pobres.

Convalescência

Assim, 2020 será o ano do colapso da economia mundial, uma grande recessão que desta vez não tem origem financeira, mas biopolítica, mas que, no curto e médio prazo, poderá ter repercussões financeiras significativas, apesar do otimismo vendido por

grupos financeiros como BlackRock . Há algum tempo, vários investidores e analistas esperam por uma recessão que as últimas previsões colocaram no final de 2020, embora por razões diferentes e com base em um contágio financeiro dos Estados Unidos ou talvez da China. Desde a crise de 2008 a 2009, a “recuperação” da economia mundial dependeu, por um lado, das contínuas transfusões financeiras dos bancos centrais, que ganharam novo impulso em 2019 nos Estados Unidos e na zona do euro, precisamente por causa das nuvens escuras no horizonte. No ano passado, o declínio na produção industrial na Alemanha ou a pesada dívida chinesa enviaram sinais preocupantes. Por outro lado, e relacionado ao exposto, a recuperação da década passada também veio acompanhada de uma intensificação de várias formas de extrativismo: da exploração agroindustrial ou mineradora que está transformando a floresta amazônica em uma savana ao desenvolvimento oligopolista de plataformas digitais (FAANG ou Big Tech).

A nova grande recessão mundial terá a particularidade de ter sido induzida pelos próprios governos, de maneira caótica e quase simultânea, a aplicar ao capitalismo uma cura de cavalo¹. Tudo isso com a aprovação das finanças, principais beneficiárias dos diferentes planos de estímulo e que incorporam os interesses do capital coletivo, e não tanto os capitalistas nacionais ou individuais, que pressionam pelo retorno de atividades “não essenciais”. Esse peculiar bloqueio patronal, ou seja, ordenado de cima, embora com uma cooperação necessária de baixo, em uma ação coletiva global sem precedentes, ocorre após três anos de redução nas taxas de crescimento do PIB mundial (3,2% em 2017, 3% em 2017). 2018, 2,9% em 2019), em parte devido à guerra comercial instigada por Donald Trump para reajustar as cadeias globais de valor em termos neo-soberanos, em um contexto de contínua desaceleração da economia chinesa que vem de mais longe e para a qual a redução no consumo doméstico também contribuiu (6,1% do crescimento do PIB em 2019, a menor taxa nos últimos 29 anos, em comparação com 10,6% em 2010).

¹ No original, *cura de caballo* uma expressão sem tradução para o português, significando uma solução custosa e improvisada, mas cuja efetividade não é garantida. Faz referência a quando, devido à escassez de medicamentos, se adapta utilizando remédios para cavalos, que não são feitos para uso humano e contém doses muito mais altas que o necessário.

O colapso será daqueles marcam a história. Desde 1950, houve quatro recessões globais: em 1976, em 1982, em 1991 e em 2009. Esse período coincide basicamente com o desenvolvimento do neoliberalismo, em resposta à dificuldade de manter altas taxas de lucro por parte do capital. Das quatro, 2009 foi a mais intensa de todas, afetando especialmente as economias avançadas do norte, Estados Unidos e Europa, encerrando o tipo de globalização intensa que se desenvolveu desde a implosão do bloco soviético. A severidade da nova recessão econômica que está apenas começando será determinada pelo deslocamento das cadeias produtivas, transporte, comércio, pelo feedback de seu impacto nas finanças públicas e pela multiplicação caprichosa de um vírus que ignora tudo. Também é qualitativamente diferente das anteriores, porque está enquadrada em uma crise mais ampla e profunda: a da crescente vulnerabilidade da espécie humana à degradação capitalista dos ecossistemas em que atua. Essa degradação, que nos últimos anos atingiu níveis verdadeiramente alarmantes, é o que facilita a transmissão zoonótica de novos vírus e a aceleração do aquecimento global. Neste jogo de bonecas russas, que é a prolongada crise do sistema capitalista mundial, em que uma crise descobre outra crise, o vírus mais uma vez trouxe à luz uma crise não resolvida de governança global e supranacional, agravada pela incerteza irremediável que o coronavírus nos deixa.

Além da liquidez massiva que os principais bancos centrais estão injetando, o ônus de gerenciar toda essa situação está nas mãos dos governos nacionais que enfrentaram o advento do SARS-CoV-2, frágeis do ponto de vista fiscal e enfraquecidos politicamente. À crescente fragmentação e volatilidade política em cada país, um fenômeno que nos países ocidentais foi especialmente exacerbado desde a última recessão, foi adicionado – em 2019 – um aumento espetacular de protestos e revoltas populares em todo o mundo, com demandas sociais, liberdades ou contra a corrupção, segundo os países. Esperava-se que essa tendência se intensificasse em 2020, mas as reações do governo para conter o vírus o interromperam, pelo menos por enquanto. Por conseguinte, não deve surpreender que exista uma desconfiança generalizada relativa às autoridades, que geralmente se escondem atrás de especialistas em saúde para justificar suas decisões, especialmente as

medidas mais autoritárias destinadas a garantir o confinamento. Ainda assim, os governos tentam fazer da necessidade uma virtude, tentando fortalecer sua legitimidade e a de suas instituições de segurança por meio de uma épica mobilização em torno da "guerra ao vírus". Mas a governança científica, de políticas racionais baseadas em evidências (*evidence-based policies*), tem seus limites.

Por um tempo, toda política acaba sendo uma política de crise, urgência e emergência, como se essa fosse a única maneira de chegar a um consenso e pular limites constitucionais: crise migratória, urgência antiterrorista, emergência climática. Os movimentos sociais não têm sido alheios a essa estrutura mental. Para declarar uma emergência mais clássica, como uma epidemia, você precisa de dados com os quais operar. Mas se a estatística é um conhecimento inerente ao Estado moderno e sua capacidade de legitimar-se e exercer controle sobre uma determinada população, sabemos que os dados oficiais sobre o coronavírus não refletem a realidade completa de sua expansão ou a taxa de mortalidade real, fato que não facilita a confiança. O número real de pessoas afetadas - com ou sem sintomas - pode ser cinco, dez ou vinte vezes maior, dependendo da localização, ao número de casos confirmados atualizados diariamente pela OMS ou pela Universidade John Hopkins, o que complica a comparação entre países que usam critérios diferentes ou simplesmente não têm os mesmos recursos estatísticos.

Momentos vacilantes, abertos e incertos como este nos mostram o imperador em toda sua nudez. "Não podemos voltar à normalidade porque a normalidade era o problema", "a economia mundial está tremendo porque estamos comprando apenas o que precisamos", podemos ler hoje em dia. Muitas coisas que pareciam normais para nós de repente se tornam obsoletas, alienígenas. Inclusive nossa linguagem, que oscila entre um tom apocalíptico e um cínico, presa nas gramáticas do século XX. A ênfase na interpretação estereotipada do neoliberalismo, manifestada na exaltação da intervenção estatal, como se não tivesse consistido em uma reorientação das funções do Estado desde o Estado, com mudanças significativas desde 2009, dificulta a compreensão do capitalismo atual e a elaboração de estratégias políticas emancipatórias. As recentes

derrotas dos candidatos veteranos da esquerda neo-keynesiana no Reino Unido (Corbyn) e nos Estados Unidos (Sanders), com os respectivos aparelhos partidários funcionando como verdadeiros poços da mobilização ativista, abrem novos cenários que levarão tempo para amadurecer. E onde a esquerda governa, como na Espanha, mal pode fornecer um verniz social que não compense a retirada de recursos por meios financeiros, mesmo podendo contar condições europeias um pouco mais favoráveis em comparação com 2015..

A alteração de nossa rotina diária também gera outras formas de habitar e sentir o mundo, que podem tomar direções diferentes. Por um lado, são desenvolvidas práticas criativas de conversação, cooperação e apoio mútuo – econômico, psicológico – que permeiam nossas subjetividades. Algumas lutas democratizadoras continuam por outros meios, embora afetadas pela disciplina sanitária e, no caso espanhol, ainda sob a influência da restauração partidocrática, entre um governo socialmente "sensível" que está sendo desafiado e a ameaça da extrema direita. Ou seja, longe de constituir contrapartes autônomas. A rejeição de muitos ao retorno ao trabalho sem garantias de segurança faz com que algumas empresas mantenham o fechamento ou o trabalho remoto: nesse caso, seria o fechamento por baixo, forçado pela pressão dos trabalhadores (que antecipavam a hibernação econômica total decretada pelo governo espanhol por alguns dias, antes da Páscoa). Muitos presos se amotinaram nas prisões de diferentes países, até que alguns governos começaram a facilitar a libertação de alguns presos. Os migrantes exigem a regularização dos direitos, o fim dos centros de detenção e deportações. Greves de aluguel, embora de escopo limitado, bem como a discussão renovada de uma renda básica universal (ou emergencial), prenunciam um conflito mais amplo sobre renda financeira e desigualdade de renda. E, analisando todas as opções acima, como vamos conceber a nós mesmos e ao nosso ambiente depois de ter vivido e respirado outra cidade?

Outra direção, menos esperançosa, é aquela que se baseia em afetos, como medo e ressentimento, que podem ser expressos em linguagem odiosa. O neoliberalismo e o neofascismo fazem uso do medo, mas, no segundo caso, o medo do outro percebido como

uma ameaça é o que, ao criar uma forma específica de identidade e pertencimento, leva à ansiedade por um possível declínio social, pela substituição cultural ou por uma eliminação física hipotética. E o coronavírus transforma qualquer um em uma ameaça vital, não apenas os suspeitos de costume, o que não deixa de ser uma democratização paradoxal e perversa. A atitude policial de muitos vizinhos em situações de quarentena nos dá uma idéia do que pode ser fomentado. Se somarmos a isso a tendência de uma cultura de ressentimento nas redes sociais, não surpreende que direitos radicais estejam ganhando terreno em todos os tipos de plataformas digitais com seu conteúdo, trotes ou não. "O neofascismo colhe a acumulação algorítmica de sentimentos na forma de identificação através de tempestades de comentários", diz Richard Seymour em seu último livro antes do coronavírus. Distanciamento físico, confinamento e trabalho remoto nos tornam ainda mais viciados na máquina algorítmica e cronófaga. Uma máquina controlada por plataformas corporativas que pode acabar sendo a grande vencedora da crise em andamento, afastando-se da ruptura luddita que o Seymour propõe. Como iremos perceber a nós mesmos e aos outros, depois de termos vivido a militarização de nossas ruas e nossos corpos?

O futuro

De uma maneira ou de outra, tanto a doença quanto o remédio deixarão *cicatrices*, cuja profundidade dependerá da duração e virulência da pandemia e de suas novas ondas; do tempo de prolongamento ou reiteração dos cortes de direitos e liberdades; o impacto desigual da recessão econômica e o futuro pagamento da dívida pública inflada. O relaxamento progressivo do atual confinamento, que as autoridades preparam, será seguido por uma série de medidas disciplinares e de controle, com ciclos de fechamento e abertura dependendo da ocorrência de picos de contágio ou para evitá-los, pelo menos até que uma vacina esteja disponível. Mais cedo ou mais tarde, os credores exigirão o ajuste para garantir a cobrança dos títulos adquiridos hoje. Do ponto de vista estritamente sanitário, o relaxamento das restrições requer um aumento substancial da

capacidade de diagnóstico (detecção de vírus, imunidade) e o isolamento dos casos detectados, bem como o reforço dos equipamentos, respiradores, material de proteção, o que depende de uma certa reindustrialização local do fornecimento desses produtos.

Nossa futura *convivência* com as diferentes raízes do coronavírus e com seus estragos socioeconômicos, enquanto a temperatura do planeta aumenta, está cheia de incógnitas que só podem ser resolvidas com o tempo. Se o covid-19 contribuiu para uma transição sistêmica como a Peste Negra, quase sete séculos atrás, ou para uma nova grande transformação do capitalismo, será porque exacerba e altera elementos de uma crise sistêmica que já estava em andamento, sobrepondo-os ou revelando-os, de qualquer forma, abalando nossas coordenadas políticas. As sociedades em envelhecimento dos antigos pólos ocidentais do capitalismo neoliberal serão as principais afetadas social e demograficamente, deslocando ainda mais o centro de gravidade econômico leste e sul? Ao contrário do modelo proposto por Giovanni Arrighi, o fim da hegemonia global dos Estados Unidos não terminou de consagrar a entronização da China com um papel equivalente, mas talvez seja uma questão de tempo. Apesar da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, é improvável que ocorra uma dissociação leste-oeste como no século 20 durante a Guerra Fria, basicamente porque a China está integrada à economia mundial como a União Soviética nunca esteve.

As funções do Estado podem mudar novamente, em consonância com as demandas de prevenção e controle de epidemias, do tratamento de seus efeitos econômicos secundários. Será necessário ver como, levando em consideração a correlação atual das fraquezas acima mencionadas, dos governos e das próprias organizações sociais e populares, em muitos países. Também não está claro que o fortalecimento social (ou social-policial) do Estado implica necessariamente sua separação dos marcos supranacionais, uma vez que a falta de coordenação entre os Estados contribuiu tanto para a disseminação do vírus quanto para o agravamento da recessão. Nesse sentido, ainda é irônico que o secretário de comércio britânico clame por maior coordenação internacional e abertura comercial. De fato, historicamente as pragas da modernidade

não tiveram processos de "desglobalização", mas o contrário. Será que essa crise forçará a articulação de algum novo tipo de multilateralismo, a integração política européia se aprofundará e, nesse caso, esses quadros de governança poderiam ser mais democráticos do que os atuais ou mais autoritários? Ou, pelo contrário, será acentuada a desintegração nacional, com reagrupamento dinâmico em torno das potências hegemônicas regionais?

Penso que essa *macro* reflexão é necessária, mas reconheço que, por si só, é avassaladora e não ajuda a ação coletiva nesses momentos de mudança. Deve ser complementada por outras questões - algumas desconfortáveis - que nos interessam diretamente. Sob essas condições, seremos capazes de relançar movimentos políticos, redes ou organizações que podem se conectar à escala das transformações planetárias, com base nas lições do passado recente? Diante da proliferação previsível de conflitos, de baixa e alta intensidade, sobre a redistribuição de renda, mas também sobre propriedade, produção e o comum. Como podemos canalizá-los no sentido emancipatório?

Diferentemente do século XIV, hoje somos capazes de compartilhar informações de maneira massiva, ter uma conversa global e reproduzir repertórios de protestos. E, no entanto, é notável como, no momento da história em que estamos mais conectados globalmente, é tão difícil articular movimentos transformadores transnacionais. Eu acho que tem algo a ver com a soberania nacional que prevalece entre a esquerda institucional e com o fim do monopólio euro-americano como foco da irradiação cultural mundial. Na última década, a principal explosão política com uma onda de choque global veio dos países árabes em 2011, mas não foi possível fazer uma *tradução* apropriada que pudesse compor laços políticos de âmbito regional ou global, se excluirmos a exceção jihadista.

Mas também tem a ver com os problemas persistentes de estratégia e organização, injuriados na Espanha após as experiências agrícolocoes do ciclo político passado e que adquirem novas nuances em tempos de confinamento, controle digital de nossa privacidade e nossos movimentos, justificativa de abusos policiais para o nosso bem. Devemos reconhecer as fortes divergências que existem em um campo político que só se unifica, e cada vez com mais problemas, por meios eleitorais. Aqui todos

interpretamos o evento com nossos repertórios respectivos, que não devem se transformar em viseiras. Que lágrimas políticas e pessoais sentiremos quando chegar a hora de tomar decisões, de preferir alguns caminhos e não outros? Quais alianças serão viáveis? Seremos capazes de consolidar a pluralidade de iniciativas solidárias que emergem para sobreviver, em formas organizacionais democráticas que adquirem certa autonomia e podem perdurar com o tempo?

Como nós, infectados de hoje e amanhã, reorganizamos nossas vidas?